



TERRITÓRIOS SAGRADOS E CORPO COLETIVO: COSMOPERCEPÇÕES QUILOMBOLAS E DE TERREIRO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO BEM VIVER

Gabriella Souza Ferreira – UnB

Lícia Nunes de Oliveira – UnB

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

O presente estudo tem como objeto a análise das cosmopercepções de povos afrodiáspóricos e ameríndios, articuladas às noções de corpo, território e ancestralidade, e seu potencial para orientar a formulação de políticas públicas antirracistas a partir do conceito de Bem Viver. O objetivo foi refletir sobre como essas cosmopercepções, enquanto horizontes éticos e epistêmicos, podem contribuir para a construção de políticas públicas que valorizem o cuidado, a coletividade e a interdependência entre os seres, reconhecendo diferenças históricas, culturais e corporais. A pesquisa possui abordagem qualitativa e teórico-reflexiva, desenvolvida ao longo do segundo semestre de 2025, na disciplina “Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade”, com base em revisão bibliográfica de autores que fundamentam as epistemologias afrodiáspóricas e ameríndias, destacando-se Phillips (2009), Akotirene (2019) e Acosta (2016). O estudo articulou categorias analíticas de corpo, território, ancestralidade, diferença e interseccionalidade, sistematizando as reflexões oriundas da leitura crítica dos textos e das discussões realizadas em sala de aula, sem participação de sujeitos externos, pois trata-se de investigação teórica. Os resultados indicam que políticas públicas pautadas pelo Bem Viver demandam uma mudança epistemológica, deslocando o foco da racionalidade técnica para a relacional, considerando o cuidado, a ancestralidade e o pertencimento como fundamentos da ação política. A análise evidencia a necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e histórica, superando modelos universalistas e coloniais que desconsideram a especificidade das populações negras e indígenas. Conclui-se que políticas públicas orientadas pelo Bem Viver devem ser construídas de forma coletiva, dialógica e sensível aos territórios e comunidades, reafirmando a dimensão política e civilizatória das cosmopercepções afrodiáspóricas e ameríndias, e oferecendo um horizonte de justiça social e ambiental integrado, fundamentado na interdependência entre os seres.

Palavras-chave: Bem Viver; interseccionalidade; corpo; território; ancestralidade; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

As cosmopercepções de povos afrodiáspóricos e ameríndios expressam



modos de compreender o mundo que rompem com a lógica dualista e hierárquica da modernidade ocidental. Em suas filosofias, corpo, território e ancestralidade constituem dimensões indissociáveis da existência: o ser humano não está separado da natureza, mas é parte dela. Essa visão contrasta com as epistemologias hegemônicas que ainda orientam as políticas públicas no Brasil, pautadas em modelos universalistas e coloniais de gestão que desconsideram as especificidades históricas, culturais e territoriais das populações negras e indígenas.

Nesse contexto, o Bem Viver (*Sumak Kawsay*) conceito originado nas cosmologias andinas e ressignificado nas epistemologias afro-brasileiras, emerge como horizonte ético e epistêmico para repensar a formulação das políticas públicas. Ele propõe uma transformação paradigmática: substituir a lógica da acumulação pela da reciprocidade; deslocar o foco do crescimento econômico para o cuidado e a coletividade; e compreender os direitos não apenas como instrumentos jurídicos, mas como expressões de vida em comunhão com todos os seres.

A questão central que orienta este estudo é: como as cosmopercepções de povos afrodiáspóricos e ameríndios, fundamentadas nas noções de corpo, território e ancestralidade, podem orientar a formulação de políticas públicas antirracistas comprometidas com o Bem Viver?

O objetivo geral é refletir sobre como essas cosmopercepções, enquanto horizontes éticos e epistêmicos, podem contribuir para a construção de políticas públicas antirracistas baseadas no cuidado, na solidariedade e na interdependência entre os seres.

Os objetivos específicos são: Analisar os conceitos de diferença, desigualdade e interseccionalidade como fundamentos teóricos para compreender os limites das políticas públicas atuais frente ao racismo estrutural; Discutir o conceito de Bem Viver e suas ressignificações no contexto das epistemologias afrodiáspóricas; Examinar como corpo, território e ancestralidade, presentes nas experiências quilombolas e de terreiro, expressam práticas concretas de Bem Viver; Refletir sobre possibilidades de formulação de políticas públicas interseccionais e antirracistas fundamentadas na ética do cuidado e da coletividade.



A relevância deste estudo reside na urgência de pensar políticas públicas comprometidas com uma justiça que vá além da redistribuição econômica e alcance o reconhecimento das diferenças enquanto potência política e existencial. Em um contexto de descontinuidade das políticas afirmativas e crescente ameaça aos direitos dos povos tradicionais, refletir sobre o Bem Viver a partir das epistemologias negras e indígenas é um exercício de reconstrução civilizatória.

O presente texto trata-se de uma reflexão inicial para o desenvolvimento de um artigo resultante das discussões relativas à disciplina Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade sob a coordenação da professora Dra. Renísia Filice.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Interseccionalidade e diferença como caminhos analíticos para políticas públicas antirracistas

O debate sobre políticas públicas antirracistas requer o reconhecimento de que a desigualdade no Brasil é sustentada por hierarquias raciais e epistêmicas. Phillips (2009) observa que, nas últimas décadas, o foco das lutas por igualdade deslocou-se da redistribuição econômica para o reconhecimento da diferença. Embora o reconhecimento seja fundamental, a autora alerta que o excesso de ênfase na identidade pode negligenciar desigualdades materiais e reproduzir essencialismos.

É precisamente contra essas leituras unidimensionais que Akotirene (2019) aprofunda o conceito de interseccionalidade, compreendendo-o como ferramenta teórico-metodológica e fundamento político do feminismo negro. Essa abordagem evidencia a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, sistemas que se cruzam produzindo opressões dinâmicas sobre os corpos racializados.

Pensar interseccionalmente, como propõe a autora, é pensar “desde a encruzilhada” (símbolo de Exu), um espaço de trânsito e multiplicidade que desestabiliza hierarquias coloniais e propõe uma ética da relação e da reciprocidade.



2.2 O Bem Viver e as epistemologias afrodiaspóricas como horizontes do cuidado

O conceito de Bem Viver, segundo Acosta (2016), propõe uma mudança paradigmática ao deslocar o centro da vida do crescimento econômico para o convívio harmônico entre humanos e não humanos. Trata-se de um processo histórico de resistência que se afirma em práticas de reciprocidade, solidariedade e cuidado.

Essa concepção encontra ressonância nas epistemologias afrodiaspóricas brasileiras, em que corpo, território e ancestralidade formam um continuum existencial. Santos (2015) expressa essa relacionalidade por meio do conceito de biointeração, que rompe com a ideia de separação entre natureza e humanidade, propondo uma ética da abundância e da coexistência.

Araújo e Silva (2019) e Silva (2019; 2020) ampliam esse entendimento ao definir o território quilombola como espaço de memória, resistência e produção de saberes. Nesses territórios, as práticas comunitárias traduzem pedagogias da reexistência frente à colonialidade. Nascimento (2021), ao discutir o pensamento enterreirado, propõe uma revolução ontológica: o corpo, em vez de ser dualizado, é compreendido como lugar de memória, comunhão e continuidade da vida.

Dessa forma, o Bem Viver constitui-se como horizonte ético-político que orienta práticas concretas nos quilombos e terreiros, desafiando a racionalidade colonial e instaurando modos outros de existência e de gestão da vida coletiva.

3. METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e teórico-reflexiva, de caráter contracolonial, buscando compreender as cosmopercepções afrodiaspóricas brasileiras como epistemologias legítimas e produtoras de conhecimento político. A execução do trabalho ocorre ao longo do período da disciplina “Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade”, no segundo semestre de 2025, sendo fruto das reflexões sobre os textos indicados e das discussões realizadas em sala de aula.

A escolha temática considerou as áreas de estudo e pesquisa das autoras, priorizando textos abordados na disciplina e pertinentes a proposta investigativa. O



corpus teórico incluiu obras de Phillips (2009), Araújo e Silva (2019), Silva (2019; 2020), Akotirene (2019) e Acosta (2016).

A análise foi conduzida a partir da articulação desses referenciais em torno das categorias corpo, território, ancestralidade, diferença e interseccionalidade, com o objetivo de evidenciar como os saberes quilombolas e de terreiros podem subsidiar políticas públicas antirracistas alinhadas ao conceito de Bem Viver.

Por se tratar de um estudo teórico, não houve participação direta de sujeitos externos à disciplina. O processo de investigação consistiu na leitura crítica dos textos selecionados, reflexão sobre as discussões realizadas em aula e sistematização das ideias, respeitando a sequência de estudo proposta ao longo do semestre.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Articulando interseccionalidade e Bem Viver, observa-se que as políticas públicas devem ser compreendidas não apenas como instrumentos administrativos, mas como expressões de um projeto de justiça social. A ausência de uma base epistêmica contracolonial, como evidencia Filice (2010) ao analisar a implementação da Lei 10.639/2003, compromete a efetividade das ações afirmativas e reforça práticas coloniais no interior da gestão pública. Reconhece-se, ainda, que o Brasil, ao ter se constituído sobre bases coloniais distintas das demais formações latino-americanas, ainda mantém um ideal de desenvolvimento econômico ancorado na colonialidade e em uma sociabilidade atravessada pelo racismo estrutural, o que reforça a necessidade de repensar seus fundamentos políticos e epistemológicos.

Repensar as políticas públicas a partir do Bem Viver implica deslocar o eixo da racionalidade técnica para a racionalidade relacional, na qual o cuidado, o pertencimento e a ancestralidade são fundamentos da ação política. Essa virada epistêmica propõe um Estado sensível à pluralidade dos saberes e à inseparabilidade entre corpo, natureza e comunidade.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões iniciais aqui apresentadas indicam que a construção de políticas públicas do Bem Viver demanda um processo de contracolônização epistêmica que reconheça o valor político das cosmopercepções afrodiáspóricas e ameríndias. O corpo coletivo, os territórios sagrados e as práticas de cuidado expressam modos concretos de resistência e reexistência que desafiam o paradigma moderno-ocidental.

O Bem Viver, articulado à interseccionalidade, oferece não apenas uma categoria teórica, mas um horizonte que recoloca a vida, em todas as suas formas, no centro da política. Dessa forma, políticas públicas orientadas por essa ética devem ser construídas de forma dialógica e coletiva, reconhecendo o direito à diferença como condição para a justiça e a convivência solidária.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Eduardo F. de; SILVA, Givânia M. da. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Confluências, v. 21, n. 2, 2019.

FILICE, Renísia C. G. **Gestão, raça e classe**: o artigo 26-A e a política educacional brasileira. Tese (Doutorado) – UnB, 2010.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Pensamento enterreirado e reencantamento do mundo**. In: CHAVES, M. N.; FILICE, R. C. G.; NASCIMENTO, W. F. (orgs.). Tecendo redes antirracistas: África, Brasil e Portugal. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

PHILLIPS, Anne. **Da desigualdade à diferença**: um caso grave de deslocamento?. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 2, p. 223-240, jul.-dez./2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significações. 2. ed. Brasília: INCT/UnB, 2015.

SILVA, Givânia Maria da. **Territorialidades quilombolas ameaçadas pela colonialidade do ser, do saber e do poder**. In: OLIVA, A. R. et al. (orgs.). Tecendo redes antirracistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.